

EDITORIAL

CENÁRIOS DA COVID-19 NO BRASIL E EM SANTA CATARINA

*Lauro Mattei**

Passados aproximadamente quinze meses desde os primeiros registros oficiais da Covid-19 no Brasil, a doença continua se espalhando em todo o território nacional em um ritmo bastante acelerado. Com isso, na primeira quinzena de maio de 2021 o país registrou uma média semanal móvel de novos casos da ordem de 65 mil registros diários, ao mesmo tempo em que foi contabilizada uma média semanal móvel de óbitos de 2.136 ocorrências diárias. Em termos absolutos, o país já documentou 16.194.206 pessoas contaminadas, sendo que 452 mil delas vieram a óbito.

No estado de Santa Catarina a doença seguiu uma trajetória muito semelhante ao restante do país, tanto em termos de um número expressivo de pessoas contaminadas como de pessoas que perderam a vida para a Covid-19. Com mais de 956 mil pessoas contaminadas, Santa Catarina passou a ocupar o *2º lugar* no *ranking* nacional dentre os estados com o maior número de registros da doença a cada 100 mil habitantes e, em termos absolutos, o *6º estado como maior número de casos*. Além disso, 15.006 pessoas haviam perdido a vida até o dia 26 de maio de 2021, fazendo com que o estado ocupasse o *10º lugar* dentre as unidades da federação com o maior número absoluto de óbitos. Esses resultados decorrem dos elevados índices de contaminação registrados, sobretudo a partir do mês de novembro de 2020, quando o mais grave surto da doença tomou conta do estado, permanecendo ativo até o presente momento.

Desde o mês de agosto de 2020 a doença já está presente nos *295 municípios* do estado, sendo que em *292* deles já foi registrada pela menos uma morte em decorrência da Covid-19. Isso significa que o Sars-CoV-2 continua circulando fortemente no território catarinense. De alguma forma, isso se confirma pelo elevado número de pessoas que continuavam contaminadas na terceira semana de maio (22.032 pessoas), além de um número expressivo de pessoas contaminadas (53) que continuavam na fila de espera por um leito de UTI.

* Professor Titular do Curso de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Administração, ambos da UFSC. Pesquisador do OPPA/CPDA/UFRJ. Coordenador Geral do Necat/UFSC. E-mail: l.mattei@ufsc.br.

Desde março de 2020 o Necat/UFSC vem acompanhando e analisando a evolução da doença no estado, seja por meio da elaboração de boletins semanais, seja por meio da elaboração de estudos específicos sobre os impactos econômicos e sociais da pandemia no estado. Para tanto, a Revista NECAT já publicou dois dossiês especiais sobre a temática no ano de 2020, correspondendo aos números 17 e 18. Dando continuidade a esse trabalho, apresenta-se o terceiro dossiê sobre o assunto, o qual contou com a contribuição de diversos pesquisadores do país que atuam em diferentes áreas, porém também com um olhar particular sobre o desenvolvimento da pandemia no país, conforme comentaremos a seguir.

O primeiro artigo, intitulado *Entre a crise pandêmica e o pré-keynesianismo institucionalizado: a agonia social e econômica brasileira* e de autoria de Miguel Bruno, discute os principais impactos da atual crise sanitária e econômica relacionando-os a uma gestão pública pautada pela austeridade fiscal. Para tanto, a ênfase recai não somente nas consequências dessa gestão no combate à pandemia, mas também no processo de desenvolvimento econômico e social do país. Neste caso, o autor destaca que, contrariamente às recomendações da Organização Mundial da saúde (OMS) para prevenção da doença, o governo federal brasileiro limitou o aporte de recursos financeiros considerados fundamentais neste momento, tanto para a área da saúde como para atender as mais variadas demandas sociais. E tudo isso sendo feito para atender aos interesses da “acumulação rentista-patrimonial”. Após descrever as crises econômica e sanitária e mostrar os limites da ideologia do livre mercado para enfrentar a pandemia, bem como a captura do Estado nacional pela alta finança, o autor discute também o falso dilema entre salvar vidas e salvar a economia, dilema este fortemente externado pela lógica da política de austeridade fiscal. Nesta direção o autor concluiu que para haver uma recuperação efetiva da economia é necessário, primeiramente, superar a crise sanitária provocada pelo novo coronavírus.

O segundo artigo, intitulado *Evasão escolar e jornada remota na pandemia* e de autoria da Marcelo Neri e Manuel Camilo Osório, analisa o número de horas dedicadas pelos estudantes ao ensino remoto tomando como referência os dados da PNAD Covid de setembro de 2020. Para isso, os autores calcularam o tempo para a escola nas faixas etárias de 6 a 15 anos, além de procurar entender os possíveis fatores que podem ter influenciado o tempo total dedicado em casa aos estudos durante a pandemia do novo coronavírus, com ênfase no caso desse tempo ter sido afetado pela renda familiar, pela falta da oferta de material escolar ou, até mesmo, pela falta de interesse dos estudantes.

Além disso, ao comparar os gastos públicos dos distintos ministérios que compõem o atual governo federal, observou-se que o MEC apresentou baixos gastos durante a pandemia, fato que indica que a educação não foi vista pelo governo como prioritária durante a atual crise sanitária. Soma-se a isso, ainda, a falta de conectividade – uma das principais barreiras ao ensino remoto – e outros problemas estruturais, especialmente as desigualdades sociais e regionais. Após identificar que o tempo médio dedicado ao ensino remoto foi de 2 horas e 22 minutos por dia, patamar que é 49% inferior ao mínimo de 4 horas/dia previsto na Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDBE), os autores concluíram que durante a pandemia houve uma perda de crescimento e de equidade na acumulação de capital humano, a qual produzirá efeitos negativos para o país no longo prazo.

O terceiro artigo, intitulado *A insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil* e de autoria de Sílvia Zimmermann e Nilson Maciel de Paula, mostra que a pandemia provocada pelo novo coronavírus vai muito além de uma crise sanitária, uma vez que ela realça problemas estruturais em várias esferas, especialmente nas áreas econômica e social. Particularmente nesta última, o problema histórico da fome e da insegurança alimentar passa a ser reposto na agenda pública do país, exigindo ações efetivas dos governos nesta área. Tomando como referência estudos divulgados recentemente, os autores mostram que após a incidência da Covid-19 na sociedade brasileira, 19% da população estão passando fome, enquanto outros 55% estão sob a condição de insegurança alimentar. Por isso, os autores alertam que esse cenário dominado pelo “vírus da fome” não é resultado apenas da Covid-19, mas também de políticas governamentais que nos últimos anos vêm desmantelando o precário sistema de proteção social do país, particularmente das políticas públicas destinadas à promoção da segurança alimentar e nutricional da população do país.

O quarto artigo, intitulado *Matriz de risco potencial da Covid-19 em Santa Catarina: um instrumento de baixo impacto para a tomada de decisão* e de autoria de Alexandra Crispim Boing, Antonio Fernando Boing, Eleonora D’orsi, Giuliano Boava, Guilherme Valle Moura, Josimari Telino de Lacerda, Leandro Pereira Garcia, Maria C. Antunes Willemann e Patrícia M. de Oliveira Machado, analisa a matriz de risco utilizada pelo governo de SC para definir suas ações de combate à Covid-19. Neste caso, os autores destacaram que no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde (SES) – órgão do governo estadual responsável pela definição e implementação dos planos de contingência para contenção da propagação da doença – foram elaboradas duas alternativas: a Matriz Gutai-

Covid-19 e a Matriz de Risco Potencial, sendo que a última foi efetivamente adotada pelo governo estadual para implementar suas ações. Entretanto, os autores destacam que, independentemente dessa escolha, ao longo da evolução da pandemia o caminho escolhido pelo governo de SC foi muito mais influenciado pelos interesses econômicos e políticos do que pelos resultados efetivos apontados pelos diversos indicadores que compõem a referida matriz. Em função disso, os autores concluíram que a Matriz de Risco Potencial deixou de ser uma importante ferramenta para auxiliar na tomada de decisões relativas ao combate da pandemia e acabou se tornando um instrumento de baixo impacto. Tal cenário, obviamente, está conectado com a lógica geral que prevaleceu no país durante o combate à pandemia, a qual privilegiou pouco as evidências científicas. Neste caso particular, destaca-se o papel secundário que o índice de reprodução efetivo (R_t) – considerado pela OMS um dos mais importantes indicadores para o monitoramento da doença – teve na composição da matriz utilizada pelo governo catarinense.

O quinto artigo, intitulado *Coleta e análise de dados acerca da síndrome respiratória aguda grave e do novo coronavírus: epidemiologia no Brasil e em Santa Catarina – 2020/2021* e de autoria de Brenda C. Rodrigues Prates, Madison Coelho de Almeida, Marlon Resende Farias, Thales S. Lima de Moraes, Thaís Correa e Tiago M. Bezerra Vicente, analisa a evolução da Covid-19 no Brasil e em Santa Catarina com base nas informações disponíveis no sistema openDatSus, enfatizando a evolução temporal da doença por faixas etárias das pessoas acometidas pela doença, bem como o padrão de morbidade e de mortalidade no período entre janeiro de 2020 e março de 2021. No caso particular de SC, os autores analisaram o comportamento da doença a partir de diversos indicadores. Primeiramente, verificou-se que o índice de propensão à cura aumentou proporcionalmente à elevação do grau de escolaridade das pessoas, ao mesmo tempo em que se observou que nas faixas etárias mais jovens e adultos até 59 anos a incidência da doença foi bem menor. Já a taxa de mortalidade no estado apresentou valores muito próximos à média nacional. Finalmente, ao testarem a correlação entre densidade demográfica e incidência da doença, verificou-se que as cidades com maior densidade apresentaram correlações positivas. Por fim, não foi constatada nenhuma correlação direta entre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de cada cidade com o número de casos da doença.

Além dos artigos que compõem o *Dossiê III*, também faz parte da presente edição a seção de temas livres. Neste caso, o artigo intitulado *A Covid-19 e os impactos entre produtores de tilápia em Massaranduba-SC*, de autoria de Albio Fabian Melchioratto e

Juarês José Aumond, procura analisar os impactos sociais da Covid-19 na produção de tilápia no município da Massaranduba, um dos maiores produtores do estado. Tal análise é feita tomando como referência a perspectiva do desenvolvimento regional e tendo como premissa a voz dos produtores, a qual foi obtida por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas entre os meses de setembro e dezembro de 2020. Como principais resultados os autores destacaram alguns fatores externos e internos que afetaram o processo de produção de tilápias no município durante a pandemia. Todavia, destacaram que as vozes escutadas enaltecem muito mais preocupações relativas ao processo de produção, ao mesmo tempo em que ocultaram aspectos relativos à própria pandemia. Segundo os autores, esse comportamento pode ser explicado pelos efeitos imediatos, considerando-se que os impactos da pandemia se prolongam no tempo, em função de que o número de pessoas contaminadas pelo novo coronavírus aumenta paralelamente ao comportamento de diversos indicadores econômicos mencionados pelos entrevistados.



Diante da crise atual de ordem sanitária, econômica e social, a Revista NECAT apresenta o *Dossiê III* com o objetivo de discutir os principais impactos da Covid-19 no Brasil e, particularmente, em Santa Catarina, uma vez que desde o início da pandemia provocada pelo novo coronavírus o Necat/UFSC vem realizando estudos e pesquisas, bem como promovendo debates, com o objetivo de estimular uma melhor compreensão do momento histórico que as sociedades brasileira e catarinense estão vivenciando, além de procurar indicar alguns dos principais desafios colocados pelo atual estágio de desenvolvimento do país.